

## REGISTRO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

### INFORMAÇÕES GERAIS

Encarregado(a) pelo Tratamento de Dados Pessoais	Juiz/a Auxiliar da Presidência
Endereço do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	Rua Barão de Jaguara, 901, Centro, Campinas/SP, CEP 13015-927
Contato	ouvidoria@trt15.jus.br
Informações sobre a LGPD no âmbito do TRT-15	<a href="https://trt15.jus.br/legislacao/lei-geral-de-protecao-de-dados-pessoais">https://trt15.jus.br/legislacao/lei-geral-de-protecao-de-dados-pessoais</a>

**Conforme a Lei 13,709/ 2018, art. 7º, III, a Administração Pública pode efetuar o tratamento de dados pessoais no exercício de suas competências legais ou execução de políticas públicas para entrega de serviços públicos e nesses casos não precisará colher o consentimento do titular dos dados, mas, necessariamente, será obrigada a informar a finalidade e a forma como o dado será tratado.**

### Gestão de Jurisprudência

<b>Área Responsável pela Gestão do Serviço/ Processo:</b>	Vice-Presidência Judicial
<b>Atuação do operador no ciclo de vida do dado pessoal (Coleta, retenção, processamento, compartilhamento, eliminação)</b>	Coleta, retenção, processamento, compartilhamento e/ou eliminação em autos de processos judiciais, notadamente nos procedimentos: Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas, Incidentes de Assunção de Competência e Arguições de Inconstitucionalidade. Submissão dos referidos incidentes à Comissão de Jurisprudência.
<b>Fluxo de tratamento dos dados pessoais</b>	Os dados pessoais são coletados mediante informações apresentadas pelas próprias partes, nas petições anexadas aos processos ou mediante pesquisa do CPF no cadastro do PJE, que busca os dados vinculados à Receita Federal. Os dados também podem constar dos documentos digitais apresentados pelas partes nos processos e permanecem armazenados no arquivo eletrônico de cada feito. A eliminação dos dados poderá ocorrer mediante autorização judicial, observada a preservação (de ofício ou a requerimento da parte) das peças processuais obrigatórias.
<b>Fonte de obtenção de dados pessoais</b>	Informação dos próprios interessados ou por meio de consulta do CPF junto à Receita Federal.
<b>Finalidade do tratamento de dados pessoais</b>	A finalidade do tratamento dos dados pessoais decorre da necessidade de identificação das partes dos processos e dos efeitos das decisões judiciais que vinculam os interessados.
<b>Enquadramento legal</b>	art. 7º da LGPD (...) II - para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
<b>Categoria de dados pessoais</b>	Nome, CPF, endereço, telefone fixo residencial, número celular pessoal, e-mail pessoal, RG.

<b>Categorias de dados pessoais sensíveis</b>	Sim
<b>Prazo de retenção dos dados pessoais</b>	A definir
<b>Local de armazenamento</b>	Arquivo processual.
<b>Totalização das categorias de dados pessoais tratados</b>	7 (sete) dados pessoais tratados, sendo que nenhum deles caracteriza-se como dado pessoal sensível
<b>Compartilhamento dos dados pessoais</b>	Compartilhados internamente e externamente para fins de publicidade e transparência das informações.
<b>Transferência internacional</b>	Não
<b>Medidas de segurança e privacidade</b>	Exclusão de Processos Judiciais Sigilosos;
<b>Atualização</b>	19/10/2022